

NOTÍCIAS AFRICANAS 8

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL - 26 DE ABRIL A 2 DE MAIO DE 1993

ÁFRICA DO SUL ANC revela maturidade na crise

O assassinato de Chris Hani foi um episódio com repercussões extremamente negativas para o processo de transição política experimentado pela África do Sul. É preciso salientar devidamente um aspecto que, embora registrado pela imprensa internacional, não foi objeto de maiores comentários: Chris Hani era o secretário geral do Partido Comunista sul-africano. Recentemente convertido em defensor das negociações com o governo De Klerk, Hani personificava todo o peso político de seu partido. Sua liderança atingia amplos setores da juventude negra sul-africana e seu desaparecimento está relacionado ao temor causado pelo projeto político do partido.

Maturidade do ANC. As duas últimas semanas proporcionaram cenas inimagináveis há alguns anos. No ardor da crise, quando o risco de colapso parecia quase inevitável, o próprio Mandela ocupou os canais de televisão na tentativa de arrefecer os ânimos das massas. Pode-se dizer, tratava-se tão-somente de preservar algo para ser governado no futuro, a própria África do Sul. No entanto, o patente nesse comportamento do ANC é seu completo amadurecimento enquanto opção política para a África do Sul. Embora em alguns momentos tenha perdido o controle sobre seus seguidores, o ANC, nesta crise, ocupou o centro político e institucional do país. É inegável, a opção moderada da cúpula do movimento evitou o caos completo.

O ANC representa o único projeto nacional e multirracial com abrangência suficiente para superar os impasses sul-africanos. Na África do Sul, o número de grupos de extrema-direita é estimado em 60, com um discurso invariavelmente marcado por traços racistas. Por outro lado, a extrema-

esquerda é também motivada por um discurso de índole racista, com métodos de atuação centrados na violência. Nesse contexto, o ANC é a alternativa que aponta para uma África do Sul baseada na coexistência pacífica de brancos, mestiços e negros.

Os prejuízos causados pelos distúrbios de rua foram imensos: aproximadamente US\$ 600 milhões. O número de vidas perdidas ultrapassa 50. Poucas vezes a África do Sul experimentou dias tão sombrios. De qualquer forma, espera-se que o contato com um cenário tão próximo do caos tenha fortalecido nos setores sul-africanos comprometidos com o diálogo a necessidade premente de aprofundá-lo.

- O calendário da transição sul-africana (ver abaixo) é produto de articulações do governo De Klerk com o objetivo de evitar a ascensão rápida do ANC ao poder. A proposta de um governo de transição reunindo todas as forças detentoras do índice mínimo de 5% nas eleições é o eixo dessas articulações. Essa peculiaridade, o chamado governo de unidade nacional, retardará bastante o advento de um governo inteiramente formado por integrantes do ANC. Mesmo obtendo a vitória nas eleições que servirão de base para a montagem do governo de transição, o ANC não terá condições de imprimir a esse hipotético governo um perfil diretamente associado ao seu ideário: será um governo sem a cara do ANC.

Roquinaldo Amaral Ferreira

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA DO SUL:

- O ódio recalado (Pág. 3)
- O equivalente sul-africano às SS nazis (Pág. 3)
- After Hani (Pág. 4)
- Symptoms of a terrifying rage (Pág. 4)
- Still on the path to peace (Pág. 5)
- Um país ao rubro (Pág. 6)
- ANC e aliados exigem eleições (Pág. 7)

ANGOLA:

- Governo e Unita em busca da confiança perdida (Pág. 7)
- O preço da paz (Pág. 8)
- Acordo de princípio para partilha do poder (Pág. 8)
- Entrevista com Lopo do Nascimento (Pág. 9)
- MPLA e Unita esticam a corda (Pág. 10)

MOÇAMBIQUE:

- Angola mete medo (Pág. 11)
- ONU ocupa corredor da Beira (Pág. 12)
- Conselho de Segurança pressiona (Pág. 12)
- Os "chimwenges" contra Mugabe (Pág. 13)

GUINÉ-BISSAU:

- Líder da oposição encontra-se detido (Pág. 13)
- PAIGC contestado por todos (Pág. 13)
- A caça aos golpistas (Pág. 14)

CALENDÁRIO DA TRANSIÇÃO

O calendário previsível daquilo que durante os próximos seis anos iria acontecer na política sul-africana era ainda há três dias (antes do assassinio de Chris Hani) o seguinte:

1993 - Abril a Junho de 1993 - Negociações multipartidárias nos moldes da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), que decorreu de Dezembro de 1991 a Maio de 1992. Cria-se um Conselho Executivo de Transição, uma Comissão Eleitoral Independente e uma Comissão de Comunicação Social.	1994 - Março a Maio de 1994 - Elege-se uma Assembleia Constituinte em que o ANC poderá conseguir perto de 55 por cento dos lugares, o Partido Nacional cerca de 23 e o Inkatha entre nove e 12, ficando os restantes distribuídos por uma série de forças políticas menores. Tomam-se decisões por uma maioria de dois terços, redige-se uma Constituição e forma-se um Governo Interino de Unidade Nacional, em que estarão pelo menos representados dois ou três partidos.	1995 - Aprovada a nova Constituição da África do Sul, a Assembleia Constituinte continua a funcionar como Parlamento e o Governo de Unidade Nacional mantém-se em funções por mais quatro anos, de forma a que a administração do país reflita o querer conjugado de mais de dois terços da população.	1999 - Eleições gerais, depois das quais o Governo já poderá vir a ser quase que exclusivamente formado pelo partido que estiver em clara maioria no Parlamento. Mas o Partido Nacional querera ter sempre uma palavra a dizer sobre os grandes problemas do país, mesmo para além dessa data.
--	---	---	---

ANGOLA

Unita impõe preço alto em troca da paz

Desde 12 de abril que se arrastam as negociações, em Abidjan, entre o governo de Angola e os rebeldes da Unita, sob a égide das Nações Unidas e o acompanhamento dos mediadores, com destaque para os Estados Unidos, pelo peso que esse país pode ter na evolução dos acontecimentos.

De todos os presente nas reuniões de negociações, a delegação governamental de Luanda era a única que não parecia surpresa com a exorbitância das exigências da Unita. Ela até achou positivo que o movimento rebelde tivesse "aberto o livro" e explicitado um "preço político a pagar em troca da paz". O governo de Luanda não fechou as portas "a uma autêntica negociação, que deve implicar em cédulas mútuas".

O primeiro ponto das negociações é o cessar-fogo, que a Unita rejeita. Contrapõe a isso uma suspensão das hostilidades, mantendo-se as atuais posições militares no território, sem aquatamento nem desarmamento de tropas. Lopo do Nascimento, o novo secretário geral do MPLA, comentou: "Sabia desde o início que de Abidjan não sairia o fim do conflito. O que a Unita não aceita é o cessar-fogo. O que ela pretende é somente uma trégua, que seria considerada humanitária e que lhe permitiria receber alimentos para as populações que controla e para as suas tropas. Na minha opinião, os Estados Unidos também têm essa intenção."

Sobre essa mesma questão, pronunciou-se o deputado N'Zau Puna, ex-segundo homem da Unita e, desde março de 1992, o seu mais importante dissidente: "Eu fui da Unita, sei como eles atuam. Ao pedir a suspensão das hostilidades, Savimbi quer um inter-regno para abastecer as suas forças e depois voltar ao ataque."

Os dirigentes da Unita parecem não dar grande valor à condenação internacional e às decisões do Conselho de Segurança da ONU, que, segundo eles, são "irrelevantes perante a realidade política que coloca o governo de Luanda em clara posição de desvantagem". Aliás, Savimbi comentava numa conferência de imprensa, no domingo de Páscoa, que "a Zâmbia, a Namíbia e a Grã-Bretanha eram exemplos de hipocrisia internacional". Condenam o seu movimento de dia com discursos no parlamento e, à noite, vêm fazer negócios com ele de diamantes e petróleo. E conclui dizendo que o isolamento não conta nada porque "o mundo não é sincero". Pouco antes, perguntado o que lhe faltava, já que detinha dois terços do país e controlava diamantes e petróleo, ele sintetizou: "Falta-me o poder."

Quem resume muito bem a atual situação em Angola é a colunista do *Público* (17.4) quando denuncia o paradoxo existente. Isto é, os mediadores — à cabeça os Estados Unidos — tratam como iguais um governo cujo

partido ganhou as eleições e um outro que as perdeu. Enquanto o governo do MPLA, obedecendo às regras do jogo, desmobilizava as suas tropas, a Unita, aproveitando-se da paz, pôde ocupar a maior parte do território, incluindo muitas cidades onde, durante a guerra civil, jamais havia podido pôr os pés.

Na lógica dessa situação fica mais fácil compreender as palavras do general João de Mattos, chefe do Estado Maior das FAA, forças governamentais, quando ele prevê que "esta é uma guerra de longa duração". Por esse motivo, o governo de Luanda é levado a apresentar à Assembleia Nacional um orçamento geral do Estado em que 60% (e não 80%, como anunciamos) se destina à defesa nacional.

Ao final das contas, não se trata tanto do que a Unita está pedindo de participação política no poder, mas essencialmente da sua quase nula credibilidade em cumprir os acordos que assina. Mais ainda, nas contradições em que ela incorre e que resultam em exigências que ferem todos os princípios internacionais. Isso nos mostra porque têm sido vão os esforços do governo de Luanda pela paz. A história da África, e igualmente a da Europa, registra guerras inevitáveis pela necessidade de países e governos resistirem a atos de imposição inaceitáveis perante certos princípios básicos.

José Maria Nunes Pereira

GUINÉ-BISSAU

Golpe de Estado ou golpe contra as eleições?

A Guiné-Bissau vê agravada a sua crise econômica e está entrando num redemoinho político e social do qual a recente greve geral, que envolveu por três dias cerca de dez mil trabalhadores, é somente um sintoma.

A prisão de dois destacados líderes da oposição e de uma centena de militares parece ter transformado a tentativa de golpe de Estado de 17 de março — que a oposição classifica de "inventona" militar — numa séria ameaça à transição para a democracia e no risco de um novo adiamento das eleições gerais, que, marcadas para 1992, já haviam sido postergadas para este ano.

O primeiro líder preso foi o candidato à Presidência da República, João da Costa, presidente do PRD (Partido Renovador Democrático). Costa foi ministro da Saúde no primeiro governo pós-independência. Ele é um veterano da luta de libertação e apoiou o golpe do presidente Nino Vieira, em novembro de 1980, que derrubou Luís Cabral. Quando da recente insubordinação militar, João da Costa foi dos pri-

meiros a se manifestar contra o recurso às armas.

João da Costa foi acusado de ser o mentor da referida tentativa de golpe pelo sargento Amado Mané, que, ao assassinar o chefe da Força de Intervenção Rápida, detonou a rebelião em dois quartéis. Depois de foragido por bastante tempo, ele foi finalmente preso e acusou Costa, que o refutou na acareação. A maneira como Amado Mané foi exibido em entrevista na televisão e o fato de outros militares inocentarem Costa tornaram a acusação de Mané suspeita.

Dois dias depois dessa prisão, foi a vez de Manuel Rambout Barcelos, ex-ministro da Educação e que, tal como João da Costa, foi um dos signatários da "carta dos 121" militantes do PAIGC que tentavam reformar o partido por dentro e não o conseguiram devido à reação dos *duros* que dominam o Comitê Central, eleito há dois anos, dos serviços de segurança e de grande parte da Assembleia Nacional. O secretário geral do PRD, Agnelo Regala, denunciou em Lis-

boa as péssimas condições em que se encontram os dois dirigentes do partido presos.

Para se ter uma idéia das condições adversas para a oposição em que decorre o processo eleitoral, a Assembleia Nacional votou uma lei que previa nas eleições a existência de uma urna para cada partido. A reivindicação oposicionista e, sobretudo, a pressão internacional levaram a Assembleia a mudar a lei.

As instituições internacionais e, principalmente, os Estados Unidos têm reiterado que só desbloquearão o tão necessário auxílio financeiro ao país depois que todas as forças puderem participar livremente do jogo democrático.

O curioso é que, pela divisão dos partidos de oposição, Nino Vieira era o franco favorito à Presidência e poderia, inclusive, levar o PAIGC à vitória nas eleições legislativas. Os recentes episódios podem vir a mudar o quadro político, já que atualmente o presidente Nino e o PAIGC estão sendo claramente contestados pelos trabalhadores e pelos políticos. (JMNP)

O ódio recalcado

Jorge Heitor

O ÓDIO recalcado que tantos cidadãos sul-africanos têm procurado esconder ou até mesmo sublimar está agora prestes a explodir, num jacto de sangue que talvez nas próximas semanas venha a inundar a terra de xhosas, afrikaners e zulus.

O fatalismo histórico que nos últimos três séculos fez cruzar na África Austral os destinos de swazis, ndebeles, tswanas, holandeses, alemães e tantos outros povos desaguou no doloroso parto "a ferro e fogo" de uma nação que ainda poderá vir a ser muito importante, mas só em décadas futuras.

Ouvir-se neste Domingo de Páscoa dizer que houvera uma reacção extremamente violenta ao assassinio de Chris Hani, mas muito possivelmente isso nada foi, perante o potencial de horror que os próximos dias reservam, quando as multidões recalcadas saírem à rua e derem largas a todo o seu desespero.

A parte mais exacerbadamente conservadora da comunidade branca da África do Sul — produto do cruzamento de holandeses, alemães, franceses e outros europeus — quer fazer pagar muito caro a perda do privilégio de ser "uma raça superior", no seu continente de adopção. E os negros, as massas negras oprimidas, querem descarregar enfim o ódio que durante tantos anos sentiram por aqueles que haviam ido de longe e se tinham assenhoreado das melhores terras, tirando-lhes tantas vezes os pastos e os cultivos.

Conforme têm notado alguns investigadores da realidade sul-africana, os esforços do Partido Nacional (de Verwoerd, Vorster e Botha) para instituir a democracia por meio de "liberdades separadas" falharam. Não resultou dar uma pátria aos zulus, outra aos vendas e assim por diante, reservando para os brancos a melhor parte do território. Foi necessário fazer marcha atrás e repensar tudo o que se havia tentado entre as décadas 40 e 80 do presente século.

O próprio partido governamental reconheceu em Dezembro de

1991, na malograda Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), que quarenta e tal anos de "apartheid" institucionalizado haviam dado origem a numerosos conflitos e a uma flagrante injustiça. Pelo que se apresentavam desculpas à nação.

Tentou-se então passar uma esponja sobre esse passado doloroso e dizer que daqui em diante tudo iria ser diferente. Mas as coisas não acontecem de uma forma assim tão fácil; e as mentalidades moldadas em longos anos de certas doutrinas demoram depois muito tempo a conseguir transformar-se.

Já em Março do ano passado, aquando da reportagem sobre o referendo na África do Sul, notámos que nos parecia muito duvidosa a sinceridade de tantos daqueles que disseram "sim" a Frederik de Klerk e ao diálogo com a maioria negra, para se traçar o futuro constitucional do país. E que mais coerentes com os seus sentimentos estavam porventura a ser aqueles que defendiam o "não".

Com efeito, a vitória do "sim" por uma larga margem — de dois a um — foi bastante enganadora e levou a comunidade internacional a acreditar, de ânimo leve, que daí por diante a sociedade sul-africana iria ser um mar de rosas. Os brancos sentavam-se à mesa com os negros, conversavam um bocado, elaboravam a nova Constituição e, pronto, estava tudo resolvido.

É claro que não foi nada disso o que se passou nem o que se está a passar. Muitos apenas aceitaram o "sim" para que as Nações Unidas levantassem as sanções à África do Sul e permitissem a recuperação de uma economia que não parava de se degradar. Mas, lá no fundo, uma grande parte da comunidade sul-africana de origem europeia tem enorme dificuldade em aceitar os novos tempos, encontrando-se porventura inclinada a desculpabilizar inclusive acções de violência que porventura venham a vitimar elementos destacados da maioria negra.

Por seu turno, apesar da alegada moderação que muitas vezes se nota no discurso de homens como Nelson Mandela, largas camadas negras — incluindo militantes do ANC e, sobretudo, do PAC — são visceralmente muito mais receptivas a sentimentos de vingança que a atitudes de perdão e tolerância. ■

PÚBLICO, 13.4.93

Movimento de Resistência Afrikaner

PÚBLICO, 15.4.93

"O equivalente sul-africano às SS nazis"

AS REUNIÕES do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB) terminam invariavelmente com uma saudação que se assemelha à nazi. É neste grupo paramilitar de extrema-direita que milita Janus Walus, o sul-africano de origem polaca suspeito de ter assassinado o secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano (SACP), Chris Hani.

Walus filiou-se no AWB em 1986, cinco anos depois de ter abandonado a Polónia com destino à África do Sul. Eugene Terre Blanche, o dirigente do AWB, afirmou que Walus foi um homem que "sofreu a repressão comunista" na Polónia. Por isso, juntou-se às tropas extremistas de Terre Blanche, inimigos do comunismo — que nos últimos anos conheceu um dos seus períodos de maior crescimento no país — e defensores do "apartheid".

Terre Blanche, de 49 anos, ex-polícia e membro, nos anos 70, da guarda pessoal do primei-

ro-ministro John Vorster, decidiu fundar o Movimento de Resistência Afrikaner em 1973, devido à política do Partido Nacional (no Governo), que "abandonou" os interesses dos brancos, afirmou na época. Numa garagem de Heidelberg, cidade a sul de Joanesburgo, o AWB nasceu adoptando como emblema uma cruz gamada estilizada — "símbolo da vitória final de Cristo" — sobre uma águia nazi.

Defensor da criação de um Estado puro, o Movimento conta apenas com dois mil filiados, mas é muito maior o número de brancos sul-africanos que defendem as suas ideias. Por exemplo, declarar guerra aberta a qualquer Governo da maioria negra (para cinco milhões de brancos, há no país 30 milhões de negros) que venha a dirigir o país, conforme anunciou recentemente Terre Blanche.

O AWB foi descrito por um dos seus dirigentes regionais, Jacobsen, como o equivalente sul-africano às SS nazis. Os

seus membros usam uniformes de caqui e são quase todos recrutados entre a população das pequenas cidades e vilas do interior, os que se sentem mais ameaçados pela maioria negra. São geralmente brancos de língua "afrikaner", um idioma com raiz no holandês, e não fazem segredo do seu ódio aos "kaffirs" (negro em "afrikaner"). A população dos degradados bairros de lata e as manifestações de negros são os seus alvos preferidos. Para defenderem o "volk" (povo branco) dispõem de um braço armado, a Ystergarde (Guarda de Ferro), treinada por antigos militares e polícias.

Para mobilizar as hostes, o AWB organiza com frequência paradas militares nas pequenas cidades. Ocasionalmente a que Terre Blanche gosta de comparecer, a cavalo, abrindo uma espécie de procissão encabeçada por mulheres e crianças de rosto vendado e arma à cintura. Para depois aparecer, envolta em túni-

cas negras, a tropa de elite rigidamente hierarquizada: "generais", "coronéis" e os "soldados" ou "comandos, assim chamados em homenagem aos colonos descendentes de franceses e holandeses que combateram os britânicos na Guerra dos Bóeres.

Após a legalização dos partidos políticos negros e o início do processo de transferência do poder para estes, Terre Blanche anunciou que "uma nova Guerra dos Bóeres estava para chegar". O seu movimento nunca alcançou uma posição na cena política (assim como as outras 60 pequenas organizações de extrema-direita da África do Sul). Por isso, no final do ano passado, relembrou os princípios do AWB, ao fazer um novo apelo à luta armada contra a população negra. "Chegou a altura de os brancos se reunirem em organizações militares, para se defender. Não queremos a guerra, mas estamos preparados para lutar." ■

After Hani

THE ECONOMIST, 17.4.93



With an eye on Buthelezi, let South Africa's leaders make haste slowly

AMURDER becomes an assassination when it has the potential to cause grief and disruption far beyond the immediate family of the victim. The murder of Chris Hani, a senior member of the African National Congress, leader of the Communist Party and, apart from Nelson Mandela, the most popular black leader in South Africa, is thus an assassination *par excellence*. Only days before, after a ten-month hiatus, militant blacks, extremist whites and moderates of all colours had finally overcome enough of their mutual distrust to restart negotiations designed to lead to South Africa's first non-racial election. It is not hard to see how Mr Hani's murder could throw all such plans into disarray. Nor is it hard to see why many of those anxious to avert that possibility are now calling for more haste in the negotiations. But pessimists should take heart, and democrats remember that in South Africa it is rarely wise to concentrate on one potential disaster to the exclusion of all the others that attend the transition to democracy.

The case for cautious optimism begins with the aftermath of Mr Hani's murder on April 10th. In the next few days, it is true, riots spread through much of the country. Millions heeded the ANC's call to stay away from work on April 14th, and took part in remembrance marches. Some of these turned violent (see page 45). News that the man charged with Mr Hani's murder, Janusz Walus, is a member of the far-right Afrikaner Resistance Movement, and reports that a request by the ANC for police protection for Mr Hani had been turned down, have fuelled endless conspiracy theories. But none of this is unusual in South Africa. Though Mr Mandela was jeered as he preached moderation in Soweto, his appeals for calm, interspersed with warnings that the nation "teeters on the brink of disaster", may still be heard.

Ironically, it was at moments like this that Mr Hani was at his best. As much at ease discussing the technical stuff of constitutions as rousing the passions of young ANC blacks, Mr Hani was idolised in South Africa's black townships. This made him a useful intermediary between the patrician ANC leaders like Mr Mandela and their restless young followers.

Third-party insurance

The natural fear now is that Mr Hani's murder will prompt an angry rebellion in the ANC ranks, particularly among the young, putting pressure on the ANC leadership to take a less compromising role in talks with the government, and even sparking a desertion towards the parties of the black militant left. Hence the pressure on President F.W. de Klerk to ease the tension by accelerating the transition to democracy. He is being urged by the ANC to set an early date for the election, due to be held by April 1994; to involve the ANC immediately in running the affairs of government; and to integrate without delay Umkhonto we Sizwe, the armed wing of the ANC, into the security forces. These measures would send a signal to impatient young blacks that negotiation yields tangible results, and to the white extremist fringes that they cannot win by the bullet.

But a rush to democracy may be both unnecessary and unwise. It may be unnecessary, because the radical wing of the ANC is relatively disorganised, and lacks the sort of credible leader strong enough to split the organisation. Though they will grumble, in the end most ANC supporters will probably accept the position their leaders take. Further, those leaders and the government already seem closer than ever to agreement on the shape of a non-racial South Africa.

Which is where haste could lead to foolishness. Despite this week's mayhem, the main threat to the prospects of holding peaceful elections comes not from a drift to the white right and the black left but from a third quarter altogether: the supporters of Chief Mangosuthu Buthelezi and his Zulu-based Inkatha Freedom Party. Nationwide, Mr Buthelezi's support may barely nudge double digits, but in Natal it is strong, loyal and armed. If he does not get a deal to his liking, Chief Buthelezi is quite capable of disrupting elections.

It would be hard for Mr de Klerk to move much faster without risking the full backing of the smaller parties—crucially, of Mr Buthelezi's. That risk is probably greater than the one of isolating Mr Mandela's radical supporters. In a country as volatile as South Africa, the potential for disaster can never be ruled out. But if haste is to be made, let it be made slowly.

Symptoms of a terrifying rage

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

THE ECONOMIST, 17.4.93

IN A way it is a sign of how far South Africa has come. Last weekend's murder by a white man of Chris Hani, the country's leading black Communist, put a long shadow over the fragile constitutional talks, angering blacks more than any event since the massacre of 40 township-dwellers at Boipatong last June. But Boipatong (a black-on-black slaughter) led the African National Congress to walk out of the talks and launch a campaign of mass action instead. No such walk-out is likely this time.

The killings at Boipatong coincided with a deadlock in negotiations between the ANC and the government. Mr Hani was assassinated on April 10th, a few days after talks had been successfully resumed, and against the background of broad agreement between Nelson Mandela, the ANC's leader and F.W. de Klerk, South Africa's president, on the constitutional future. So, although the murder set off the predictable riots all over South Africa, the ANC's immediate response was to reaffirm its commitment to a negotiated settlement.

Mr Hani was probably South Africa's most popular black leader after Mr Mandela, and many young blacks preferred

him to the grand old man. As a former commander of the ANC's underground army, Umkhonto we Sizwe, he was in an ideal position to champion the cause of negotiation without being accused of cowardice or selling out the cause. In recent months, Mr Hani had been defending the negotiations with special vigour. Four days before he was murdered, he had condemned the militant Pan Africanist Congress for its attacks on white civilians. After his murder, Joe Slovo, his elderly white comrade-in-arms, took up the refrain, imploring South Africans to thwart the assassin's aims by keeping faith with the peace talks.

Mr de Klerk did his bit, too, not only by appealing for restraint but by giving Mr Mandela two opportunities—on the day of the assassination and on the eve of nationwide memorial services four days later—to address the nation on television. Describing Mr Hani as a "soldier for peace", Mr Mandela said in his gravest presidential style that the country was on the brink of disaster, and called on all South Africans, especially the young, to honour the slain leader by advancing the cause of peace.

The appeals for restraint and discipline

were not always heeded. On April 14th millions of mourners took part in marches to remember Mr Hani. These turned into riots in Cape Town, Port Elizabeth, Pietermaritzburg and Durban, as marchers looted shops, burned cars and houses and attacked policemen; at least a dozen people died. Police opened fire on marchers in Soweto, killing four and wounding hundreds. In Cape Town angry blacks chanted: "No peace, no peace. War! War!" One foreign peace monitor was stabbed. Trevor Manuel, a senior ANC leader, was punched in the face when he remonstrated with an unruly marcher. The day after the assassination four whites were killed in attacks.

When Mr Mandela took his message of moderation to a mass rally in Soweto, he had to call repeatedly for order to calm the crowd, and was jeered when he passed on a message of sympathy from the government. The crowd reserved a thunderous welcome for Clarence Makwetu, president of the Pan Africanist Congress (who spoke at Mr Mandela's invitation) and for Andrew Dipela, of the ANC Youth League, who blamed Mr de Klerk for Mr Hani's murder and threatened to make South Africa ungovernable. When Mr Mandela chided the Youth League for failing to preach peace and reconciliation, he received only polite applause.

Continua na pág. 5

Still on the path to peace

The ANC has turned South Africa's latest crisis to its advantage in pressing for reforms, says Patti Waldmeir

Ignore the images of mayhem and bloodshed broadcast over the past 10 days from South Africa: the sober fact is that 35 people have died in violence linked to the May 10 assassination of African National Congress leader Chris Hani – a daily toll that is less than the average for the year as a whole.

The ANC has spent the past 36 hours celebrating that fact, congratulating itself for containing what was potentially the most explosive event in South African history. Millions engaged in protest at the death of the man now guaranteed a place as one of the liberation struggle's greatest martyrs.

ANC marshals dealt with crowds up to 100,000 strong, and subdued them without arms, with almost no logistical support, with the force of will and moral persuasion. It was an impressive display of discipline and organisation, and one which will give the ANC's future electoral opponents ample cause for concern.

But if the ANC has crossed one hurdle without stumbling, others remain. Its leaders originally set out merely to manage the crisis caused by Mr Hani's murder. But now they have turned it to advantage, and have begun to exploit public anger to achieve broader political goals.

As publicly stated, those goals are: agreement by the end of May on a date for the first multi-racial elections; installation by the same

date of the first phase of interim government, a multi-party Transitional Executive Council to rule with the incumbent National party; and joint control of the security forces, blamed by the ANC for Mr Hani's murder (though there is no evidence they were involved).

To support these demands, the ANC has announced a six-week programme of mass action – marches, strikes, and boycotts. Inevitably, public outrage over Mr Hani's death will dissipate over that period. But before it does, party leaders hope to be able to produce what has eluded them so far – concrete results from the negotiating table.

Superficially, producing those results appears simple. For both the ANC and the government – the two main parties to multilateral constitutional talks – agree that elections should be held as soon as possible. The government wants elections by April 1994 and the ANC largely agrees, though it would accelerate the timetable by a few months. Likewise, the government and the ANC want to see a Transitional Executive Council – a multi-party body charged with "levelling the playing field" ahead of elections – in place by June. That body, and its several sub-councils, would supervise any government action which has an impact on the political arena, but would not constitute true joint government.

So the ANC could push the gov-

FINANCIAL TIMES, 17.4.93

ernment, obviously shaken by the massive protests and fearing greater instability, to set an election date with despatch. But elections to what body, and under what constitution? Elections cannot be held until the multi-party forum decides how regions are to be represented in the new South Africa, whether there will be a unicameral or bicameral legislature, whether an executive president or prime minister, whether South Africa is to be a unitary or a federal state; they cannot be held under the current constitution, which bars blacks from voting.

Yet agreement on a new, interim constitution appears to be months away. So the negotiators are left with an unenviable choice: risk public wrath by refusing to set an election date, or set a date without constitutional agreement. Once that is done, parties would be forced to agree a constitution in short order, or court national disaster by postponing the poll; a constitutional accord could only be achieved by forcing out of the negotiating forum any party which impedes progress towards early agreement. And such an exclusion could mean that potentially large sections of the population would not view the constitution as legitimate, jeopardising democracy in South Africa.

The test comes when the 26 parties involved in the negotiating process return to the table. Apart from the government and the ANC, the third crucial participant is the mainly Zulu Inkatha Freedom party. The others can be steam-rolled without affecting the legitimacy of the constitution.

But to force the departure of Inkatha – which opinion polls show might command 10 per cent of the national vote, and substantially more in the violent Natal province – would be a serious blow. Inkatha has already said an election date cannot be agreed until the fundamental question of the form of the future South African state, unitary or federal, has been decided.

Inkatha opposes not just the setting of an election date, but also the installation of the Transitional Executive Council. For the party rejects any form of interim government, and wants the unelected multi-party negotiating forum to agree a final constitution (opponents of Inkatha's leader, Chief Mangosuthu Buthelezi, say he wants a constitution written now because his influence would be diluted by popular elections he could not win). The ANC and others want a two-phase interim government, with the council to be followed by a power-sharing interim government, plus an elected body to draw up a new constitution.

So the ANC will have to assess carefully the impact of its "mass action" campaign. Its declared purpose is to put pressure on the government, but the most serious effect could be on Inkatha, past forcing Chief Buthelezi, to decide whether to continue in a process he opposes or to go it alone. He has already called the ANC's campaign "ridiculous", and said it represents a "set-back for negotiations".

After months of patiently trying to draw Inkatha constructively into

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 4

Symptoms of a terrifying rage

The outbursts could have been even worse. But the rioting was evidence of a terrifying rage, aggravated by the suspicion that the assassination was part of a conspiracy to preserve apartheid. Janusz Walus, the alleged assassin, is a Polish immigrant reputed to be a fanatical anti-communist. He was arrested within 30 minutes of the fatal shooting: one of Mr Hani's white neighbours in the suburb of Boksburg said that she saw the shooting and memorised the number of the assassin's car.

Some of Mr Hani's colleagues refuse to believe that Mr Walus acted alone, or for non-political motives. They are bitter about the government's failure to provide protection. Mr Walus had been a member of the neo-fascist Afrikaner Resistance Movement (AWB) since 1986. The murder pistol was part of a consignment stolen from the air force in 1990. The man behind that theft was Piet Rudolph, the leader of an extremist Afrikaner nationalist movement, Orde Boerevolk. Set free under an amnesty in 1991, he declared unrepentantly that the stolen weapons had been distributed among the "unarmed" Boers for their self-defence.

The possibility of a conspiracy cannot be ruled out. The ANC detected similarities between the murder of Mr Hani and those in 1989 of two prominent anti-apartheid activ-

ists, David Webster and Anton Lubowski, probably by a secret military unit known as the Civil Co-operation Bureau. Though this unit was officially disbanded in 1990, there are some indications that it has lived on under another name. The government swiftly agreed this week to the ANC's request for foreign police to join the official investigation of Mr Hani's murder.

Desperate to keep the talks on course, but shocked by the emotions being unleashed on the ground, the ANC has been forced to adopt an uncomfortable strategy half-way between diplomacy and violence. On the diplomatic front it has formulated three demands: a firm date for the first non-racial election, immediate joint control of the security forces and the creation within weeks of a transitional executive council, a multi-party body designed to ensure fair play before the election takes place.

To channel the anger of its young followers, the ANC also promises a "rolling campaign of mass action" in support of these aims. But its exertions this week have laid bare the dangerous gap between its mature political leadership and its immature and disorganised followership. Mr Hani was one of the people who could explain the political subtleties to the angry young, and still keep their respect. He will be missed.

Um país ao rubro

EXPRESSO, 17.4.93

A POSSIBILIDADE de uma guerra racial, há muito temida, nunca esteve tão próxima na África do Sul, que enfrentou esta semana a sua pior crise política desde o início das reformas e aguarda ansiosa o que pode acontecer daqui a dois dias, quando for sepultado Chris Hani, assassinado na terça-feira.

O líder comunista e do Congresso Sul-Africano — abatido a tiro por Januz Walus, um ex-polaco membro da organização de inspiração nazi Movimento da Resistência Africana — será enterrado na instável região de East Rand, onde viveu e morreu, depois de ficar exposto em câmara ardente e de uma vigília durante toda a noite no enorme estádio desportivo do Soweto. O acontecimento é também o motivo da organização pelo ANC, este fim-de-semana, de uma grande marcha para desfilar nas ruas de Joanesburgo, capital comercial do país.

Governo e ANC receiam que o acontecimento seja motivo para uma nova série de motins como os que eclodiram por todo o país na quarta-feira — declarado dia de luto por Hani — e que provocaram a morte de pelo menos nove pessoas. A organização sul-africana reconheceu a sua incapacidade em controlar os seus militantes mais jovens, que tinham o

líder negro como um ídolo, ao mesmo tempo que as medidas de segurança postas em prática pelas autoridades se revelaram insuficientes.

Os líderes do ANC e responsáveis das forças de segurança governamental discutiram com grande preocupação e à porta fechada as medidas a tomar face à situação que se seguiu ao assassinato de Chris Hani e que parecia destinada a provocar um caos político.

Na cidade costeira de Port Elizabeth, os quadros do ANC foram obrigados a chamar a polícia para deter uma marcha de apoiantes seus, que degenerou em pilhagem generalizada. Na capital parlamentar de Cape Town, uma respeitada figura do ANC, Trevor Manuel, foi espancada ao tentar deter uma marcha sobre uma esquadra de polícia que se saldou em quatro mortos, quando os agentes cercados abriram fogo. Foram cenas que se repetiram em diversos centros urbanos do país.

Exigido regresso ao «apartheid»

A Administração De Klerk foi pressionada pelo seu eleitorado, assustado com a série de ataques a brancos e com as imagens transmitidas pela televisão, mostrando enormes mani-

festações espontâneas de negros revoltados, sem que os serviços de ordem do ANC conseguissem conter os seus apoiantes. Declaradamente, muitos brancos exigiram de Pretória a reinstalação do sistema de repressão que vigorava durante o «apartheid».

Ao mesmo tempo, o ANC exigia que o Presidente De Klerk «legitimasse» as forças de segurança, abandonando o princípio do comando conjunto para as forças armadas e de segurança. Argumentaram que a única forma de sair da crise era pela aceleração do processo de entrega do poder à maioria.

O dilema que o Governo enfrenta é crucial para o futuro do país. Se o Presidente De Klerk ceder às solicitações do ANC, os brancos considerarão que enveredou por um processo de total rendição à maioria negra. Isso poderia causar uma reacção brutal numa altura em que se encontram tão assustados com o aparente crescimento de militância negra. Os comandos das forças armadas e da polícia irão certamente opor-se com todas as suas forças a esta medida.

Por outro lado, o Presidente sabe que estão a ser exercidas enormes pressões sobre Nelson Mandela. Se o Governo recorrer de facto a uma acção violenta para reprimir os negros, o líder do ANC poderá ser forçado a dissociar-se dessa acção ou correrá o risco de ver diminuir o apoio de que desfruta entre a comunidade negra. Isso levaria a novas confrontações entre o Governo e o ANC e arruinaria as negociações constitucionais.

Segundo as últimas notícias, o Governo estava a tentar manter um delicado ponto de equilíbrio entre as duas opções. Logo a seguir aos motins, o Presidente De Klerk anunciou a mobilização de mais três mil efectivos, avisando de que poderia ter de declarar o estado de sítio em diversas zonas para garantir a não repetição dos acontecimentos de quarta-feira.

Mais tarde, o seu principal negociador, Roelf Meyer, anunciou que seriam feitos todos os esforços para se conseguir uma Comissão Executiva de Transição — um organismo multirracial que teria uma palavra a dizer na gestão quotidiana do país — e que será formada tão depressa quanto possível. Mas, nesta altura, são bem poucos os observadores que pensam que tais medidas são suficientes.

Continuação da pág. 5

Still on the path to peace

the negotiating process, the risk is that the two black parties will be on a confrontational path again.

The ANC and the government could probably agree between them on an election date, a Transitional Executive Council, even on an interim constitution. The government recognises the power demonstrated by the ANC on the streets, and is clearly willing to be flexible.

In any case, the gap between them is not huge. Earlier this year, they agreed on multi-racial power sharing through the end of the century, and though disputes remain over how decisions will be taken in the multi-party cabinet, they can be resolved. The two sides have also agreed on a substantial devolution of power to regional governments, and though details are still under debate, agreement in principle is a significant breakthrough.

The main dispute between the government and the ANC is not constitutional, but practical: how to ensure that the security forces do not continue to destabilise the transition to democracy. For while there is no evidence of security force involvement in the Hani assassination — two right-wing whites are in custody for the murder, but they have no recent security force links — the perception in the townships is that Mr Hani was killed by the government. And many of the killings which followed his murder were either carried out by police (12) or

in the case of the 19 people killed on the eve of the funeral, with suspected "third force" involvement.

The vexed issue of how to defuse the security force threat, under negotiation for three years already, is again coming to the fore. The government insists that political control of the security forces must remain with it; the ANC wants full joint control of the forces. Somehow, this issue must be resolved before any constitutional progress can be made.

But even if it is resolved, the ANC's two other demands — for an election date and a Transitional Executive Council — must also be met. The government may try to deflect the public outcry by meeting the second demand while referring the first to an independent electoral commission, which would decide when South Africa was "ready" for elections. This seems unlikely to succeed.

Whatever happens, the ANC may yet regret focusing so much attention on the constitutional talks. They are tortuous and slow, and can produce only compromises, not outright victories for the ANC. The movement's leaders may yet find that it is they — not the government — in the hot seat, having left their constituents expecting something they cannot quickly deliver.

ANC e aliados exigem eleições

PÚBLICO, 17.4.93

A ALIANÇA do ANC com o Partido Comunista e o Congresso dos Sindicatos anunciou ontem o lançamento, na próxima terça-feira, de uma campanha de "acção de massas" para se obter a marcação, "o mais tardar no fim de Maio", de uma data para as primeiras eleições multi-raciais na África do Sul.

A campanha, cuja duração exacta não foi especificada, deverá começar no dia a seguir ao do funeral do dirigente comunista Chris Hani e prolongar assim a agitação em que provavelmente o país irá viver durante este fim de semana.

As autoridades têm dito que as eleições para uma Assembleia Constituinte, a realizar em princípio durante o primeiro semestre do próximo ano, só poderão ser marcadas depois de um consenso entre os 26 grupos políticos e sociais actualmente envolvidos em conversações constitucionais. Mas as bases do ANC e do Partido Comunista mostram-se cada vez mais impacientes, não tolerando qualquer sinal de moderação por parte dos seus dirigentes.

Enquanto isto, a Câmara Municipal de Joanesburgo estabeleceu um limite de 20.000

manifestantes para o desfile que hoje se efectua na cidade e que é uma das numerosas homenagens póstumas ao líder comunista assassinado há uma semana por um branco da extrema-direita.

Dezanove localidades da zona de Joanesburgo são consideradas durante este fim-de-semana "zonas de insegurança" — anunciou ontem a polícia, a propósito das diversas manifestações que hoje e amanhã poderão degenerar em actos de violência, conforme já por diversas vezes aconteceu durante a última semana.

Mais de 25.000 polícias e

soldados encontram-se em estado de "alerta máximo", no conjunto da África do Sul; receia-se o pior durante os próximos dias, na sequência de uma semana que tem vindo a ser extremamente tensa.

Por outro lado, no Transkei — um bantustão cujas autoridades têm aparentemente simpatias pela ala mais radical do ANC e que são mesmo acusadas por Pretória de dar cobertura ao movimento de extrema-esquerda PAC — um empresário branco foi ontem ferido a tiro por desconhecidos, na continuação de uma série de incidentes do género. ■

Encontro a sós sem resultados práticos

Governo e UNITA em busca da confiança perdida

PÚBLICO, 16.4.93

AS DELEGAÇÕES do Governo e da UNITA que participam na ronda negocial de Abidjan, capital da Costa do Marfim, encontraram-se ontem a sós no 23º andar do Hotel Ivoire, o que é encarado pelos mediadores como um caminho possível para se ultrapassar o clima de desconfiança que caracterizou os primeiros dias de conversações.

Gorados os esforços de mediação das Nações Unidas e dos países observadores no sentido da obtenção de um cessar-fogo, o primeiro e mais importante ponto da agenda de nove alíneas, foi a primeira vez que os beligerantes angolanos se encontraram a sós desde a eclosão, em Outubro, do novo conflito armado.

À partida, entre as duas partes existe consenso quanto à necessidade de um acordo nas questões políticas antes da assinatura de um cessar-fogo.

O secretário-geral Eugénio Manuvakola, pelo lado da UNITA, e o general Higinio Carneiro, pelo lado do Governo, já manifestaram agrado pela forma como o diálogo directo tem decorrido, falando o primeiro num clima "mais familiar, mais angolano" do que aquele em que decorreram, até aqui, as sessões mediadas por Margaret Anstee e pelos representantes dos países observadores (Portugal, Rússia e Estados Unidos).

Em declarações à agência Lusa, a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas chegou a admitir que a ausência de acor-

do quanto ao fim das hostilidades comprometia, à partida, os objectivos propostos para esta ronda. Mas Margaret Anstee admitiu, depois, que "ainda é possível alcançar resultados positivos" deste encontro, caso resulte do frente a frente "um melhor clima".

O preço da paz

Nos espaços sociais do hotel, sobretudo depois de terem jantado juntos na quarta-feira, os elementos da duas delegações exteriorizam uma grande simpatia recíproca, com abraços e gracejos.

Esse clima manteve-se após o primeiro encontro a sós, ontem de manhã, em que as duas partes, segundo Higinio Carneiro, "falaram abertamente" dos custos políticos das cedências que venham a fazer para se alcançar a paz.

A discussão decorreria, porém, num plano algo insólito. No debate sobre a reconciliação nacional, a UNITA exigiria indemnizações pela destruição dos edifícios que comprara em Luanda, como noutras cidades sede de província, e o Governo reivindicaria da oposição armada o pagamento de danos em edifícios públicos.

As questões militares permaneceram, entretanto, tabú. A delicadeza desta questão é tanto maior quanto a UNITA mantém o controlo militar de mais de 70 por cento do território e a administração do Estado está representada em 15 das 18 províncias mas em pouco mais

de 30 dos 157 municípios do país.

Entre os observadores, que ontem estiveram de folga, crescem entretanto os receios de que, apesar do clima cordato, e até amistoso, o desfecho desta ronda seja em tudo igual ao do primeiro encontro de Adis-Abeba, em 28 de Janeiro deste ano. Ou seja, as duas partes irão pouco além de um compromisso no sentido de um novo encontro.

Isso mesmo seria dito ontem por Higinio Carneiro, porta-voz da delegação governamental, que considerou "prioritário o restabelecimento de um clima de confiança que possa abrir caminho a novos encontros".

No mesmo sentido vão as últimas declarações de Manuvakola, segundo o qual é "im-

portante criar agora as bases que permitam continuar o diálogo". O secretário-geral da UNITA insistiu, porém, na necessidade de uma cessação das hostilidades que permita o envio de ajuda humanitária às populações afectadas pela guerra.

Este será um dos pontos da agenda que virá, certamente, a reacender a polémica em torno da suspensão, há duas semanas, do envio de medicamentos e mantimentos para o Huambo. Segundo uma fonte do Programa Alimentar Mundial, em Luanda, esta suspensão deveu-se à exigência da UNITA de que lhe fossem entregues os donativos, encarregando-se ela da sua posterior distribuição. ■

António Matos

Não deixe de
assinar



Uma seleção criteriosa
de recortes das
principais notícias
sobre os Países
Africanos de Língua
Oficial Portuguesa e
sobre a África Austral
publicadas nos jornais

O preço da paz

Nicole Guardiola enviada à COSTA DO MARFIM

EXPRESSO, 17.4.93

APESAR dos esforços diplomáticos dos EUA, das Nações Unidas e do Presidente da Costa de Marfim a paz em Angola parece cada vez mais difícil de alcançar. O único resultado concreto alcançado, até ontem, em Abidjan foi a realização do primeiro encontro a sós entre a delegação do Governo de Luanda, chefiada por Faustino Muteka e pelo general Higinio Carneiro, e a representação da UNITA, encabeçada por Jorge Valentim.

A reunião, quinta-feira, em que deveria de ter sido discutida a «reconciliação nacional» — o terceiro ponto da agenda de negociações previamente acordada entre os EUA e a UNITA e aceite por Luanda — foi apresentada como um gesto de boa vontade das duas partes angolanas. Mas as declarações da UNITA, à saída, contrariaram de certo modo o «prudente optimismo» que tinha sido manifestado pela representante do secretário-geral das Nações Unidas, Margareth Anstee, e pelos observadores — Estados Unidos, Portugal e Rússia.

Com efeito, embora aceitando formalmente a inclusão do cessar-fogo como «prioridade das prioridades» no primeiro ponto da agenda da reunião de Abidjan, a UNITA não pretende, de momento, ir além da «suspensão das hostilidades». Para o movimento de Jonas Savimbi o cessar-fogo, ou seja, a paz e o regresso ao espírito de Bicesse, passa pela aceitação, pelo Governo de Luanda, de todas as outras cláusulas para a «solução global» do conflito angolano.

Por outras palavras, para «concluir Bicesse» — ponto dois da agenda — será preciso, no entender da UNITA, pôr entre parêntesis tudo o que aconteceu em Angola desde Maio de 1991, incluindo os resultados das eleições, e acordar uma «partilha do poder» entre a UNITA e o MPLA, aos níveis «nacional, regional e local», por um período de transição não inferior a dois anos.

Enquanto isso não for aceite, a UNITA, segundo afirmou Jorge Valentim ao EXPRESSO, não está disposta a abrir mão de qualquer parcela do território angolano conquistado pelas armas, alegadamente para se defender da «tentativa de genocídio» ensaiada em Luanda. A UNITA pretende que sejam as Nações Unidas, através da criação de uma força de interposição de «capacetes azuis», a garantir o «statu quo», que, segundo o mesmo Jorge Valentim, se traduz no controlo por parte da UNITA de cerca de 80 por cento do território angolano.

UNITA não surpreende

Para o porta-voz da UNITA, as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que apontam o movimento de como principal responsável do reacender da guerra em Angola, são «parciais e tendenciosas» por a UNITA não ter sido ouvida, para além de as considerar «irrelevantes perante a realidade política, que coloca o Governo de Luanda em clara posição de desvantagem».

Curiosamente — ou talvez não —, quem menos parece surpreendido pelo radicalismo das posições com que a UNITA se apresentou em Abidjan é a

delegação governamental angolana. «Estão a abrir o livro. Finalmente, estão a começar a dizer claramente qual é o preço da paz», disse ao EXPRESSO um membro da delegação de Luanda.

Um preço que, à primeira vista, a delegação governamental não poderá pagar por não estar mandatada para resolver questões que digam respeito às instituições e aos órgãos de poder constituídos com base em eleições consideradas «globalmente justas e livres» pela comunidade internacional.

Para o Governo de Luanda, aceitar as condições formuladas pela UNITA significaria abdicar do estatuto de que actualmente goza junto das instâncias internacionais para passar a ser, apenas, de acordo com a terminologia que a UNITA permanentemente utiliza, «uma representação do MPLA».

Aceitarão as Nações Unidas e os três países observadores serem colocados perante o facto consumado da «nova realidade política» criada em Angola? A UNITA, ou o sector dela que se sentou à mesa das negociações em Abidjan, acredita que sim, e não lhe faltam razões para pensar desta maneira já que a própria Margareth Anstee aceitou as desculpas verbais do movimento de Jonas Savimbi, por lhe ter chamado, aos microfones da sua emissora oficial, «prostituta política» e «inimiga do povo de Angola», acusando-a de ter sido «comprada com mercúrio e diamantes».

Mas não é apenas Margareth Anstee a parecer desposta a engolir sapos para salvar a face e a continuação das negociações. Também os negociadores norte-americanos têm necessidade de «mostrar serviço» e provar que uma negociação é ainda possível.

Pressionado pelo Presidente Clinton

— que pediu, a 4 de Abril, aos seus conselheiros que lhe forneçam «boas razões para não reconhecer o Governo de Angola» — e pelo novo responsável da política africana dos EUA, o chefe da delegação norte-americana, Jeffrey Davidow, quer evitar, a qualquer preço, a ruptura das negociações de Abidjan. E o Presidente da Costa de Marfim, por motivos de política interna e regional (ver caixa) também quer evitar a reedição dos fracassos de Namibe e Adis-Abeba.

As pressões diplomáticas e económicas podem dar algum resultado, e foram muito notadas na capital da Costa de Marfim as presenças de alguns conselheiros pessoais de Jonas Savimbi, como o sul-africano Sean Cleary, expulso de Angola depois da «batalha de Luanda».

Mas, salvo se acontecer um inesperado golpe de teatro nas próximas horas, Abidjan deve ser, como Adis-Abeba, mais um fracasso nas tentativas de paz para Angola. Como comentava um diplomata ocidental, «vindo a Abidjan, a UNITA recuperou parte da credibilidade perdida em Adis-Abeba e espera evitar ser isolada internacionalmente».

Jorge Valentim disse ao EXPRESSO que «com o diálogo iniciado em Abidjan a UNITA cumpriu a exigência de Washington» e que, por conseguinte, está afastada a ameaça de um reconhecimento do Governo de Luanda pelos EUA.

As negociações vão continuar, agora ou depois de uma interrupção, mas, como na ex-Jugoslávia ou na Somália, a confiança mútua e a verdadeira vontade de paz ainda estão ausentes das mentes dos beligerantes angolanos. Ambos acreditam que o tempo joga ao seu favor: a UNITA porque tem a razão da força; o governo porque tem a força da razão.

PÚBLICO, 17.4.93

Nas conversações de Abidjan

“Acordo de princípio” para partilha do poder

O GOVERNO angolano e a UNITA, reunidos desde o passado dia 12 em Abidjan, chegaram a “um acordo de princípio” quanto a uma participação alargada do movimento de Jonas Savimbi em todos os níveis do executivo de Luanda — anunciou o porta-voz da delegação da ONU na capital da Costa do Marfim, Lins de Albuquerque.

Esse “acordo de princípio”, a pôr em prática “depois do regresso da paz” àquele país do sudoeste africano, foi ontem de manhã anunciado a Margaret Anstee — representante das Nações Unidas que preside à ronda negocial — e aos repre-

sentantes da “troika” de observadores — Portugal, Rússia e Estados Unidos.

Este foi o primeiro progresso alcançado nas negociações de paz patrocinadas pelas Nações Unidas e resultou do encontro a sós entre as duas partes do conflito angolano. Mas se o porta-voz da delegação da UNITA se alongou em comentários sobre o “acordo de princípio”, do lado do Governo não houve muitas palavras.

O general Higinio Carneiro limitou-se a dizer, em jeito de balanço da conversa a sós com a UNITA: “É mais fácil o diálogo entre nós, pois assim não necessi-

tamos de gastar tempo com as traduções nem com o cumprimento de certas formalidades, já que somos todos angolanos e falamos a mesma linguagem”.

Jorge Valentim iria mais longe, dizendo que “a delegação governamental está de acordo com o princípio de um Governo de união, sem ter em conta o resultado das eleições mas os pontos políticos de cada uma das partes”.

O porta-voz do movimento de Jonas Savimbi disse ainda que “não foi discutida a repartição das

Continua na pág. 9

Lopo do Nascimento ao EXPRESSO

«De Abidjan não sairá o fim do conflito»

Gustavo Costa

correspondente em LUANDA

Continuação da pág. 8

“Acordo de princípio” para partilha do poder

pastas”, embora defenda “que a UNITA deverá ocupar alguns lugares-chave” do Governo, nomeadamente “o de primeiro-ministro, ministro da Defesa, do Interior e dos Negócios Estrangeiros”.

Ontem, Governo e UNITA voltaram a reunir-se com as Nações Unidas e a “troika” de observadores, para debaterem o quarto dos nove pontos da agenda — definição do futuro papel da missão de verificação da ONU, UNAVEM, no processo de paz em Angola.

O actual mandato da UNAVEM expira no próximo dia 30 de Abril, altura em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá pronunciar-se, em função de um relatório do secretário-geral, sobre a sua prorrogação.

Admite-se, entre os observadores do processo de paz, que o cenário — ainda remoto — de um cessar-fogo implicaria o reforço do contingente da ONU em Angola, que nesta altura não vai além de uma centena, entre militares e civis.

Recorde-se que a UNAVEM se encontra neste momento em apenas quatro das 47 localidades em que se instalara (Luanda, Cabinda, Lubango e Benguela), tendo abandonado as posições que nos últimos cinco meses caíram no controlo militar da UNITA ou se encontram ameaçadas pela oposição armada.

Em Angola prosseguem, entretanto, os confrontos, nomeadamente nas cidades do Cuíto, Menongue e Luena, sedes de província e o movimento de Jonas Savimbi perpetrou, quarta-feira, mais uma sabotagem à linha de abastecimento eléctrico à capital angolana a partir da barragem de Cambambe.

Luanda está desde então novamente sem energia eléctrica, pelo derrube de sete torres entre o Zenza-do-Itombe e Maria Teresa, na província do Kuanza Norte, região em que se verificara, em Fevereiro, a última sabotagem da UNITA. ■

António Matos

LOPO do Nascimento é o novo homem forte do MPLA. Do primeiro pleito eleitoral democrático organizado pelo partido do poder em Angola, foi eleito, na semana passada, secretário-geral do MPLA. Tido como reformista, de Lopo do Nascimento a ala moderada do regime de Luanda espera uma «arbitragem» equilibrada das várias correntes do MPLA, no seu processo de renovação e na busca de factores de ponderação que conduzam a uma solução do actual conflito armado em Angola.

EXPRESSO — O que espera da reunião de Abidjan?

LOPO DO NASCIMENTO — Julgo que da reunião de Abidjan não sairá o fim do conflito. O cessar-fogo não será acordado e a UNITA insistirá numa trégua «humanitária», que lhe permitirá receber alimentos para as populações das áreas que militarmente controla e também para as suas tropas, porque aí não existem mecanismos independentes de controlo, para, posteriormente, por qualquer razão fútil, recomeçar a guerra. Infelizmente, é minha opinião que os americanos que actualmente seguem o processo angolano também têm essa intenção. Daí eu questione se a política de desmembramento dos países anteriormente chamados comunistas não é favorecida nalguns círculos dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que estes favorecem os ultraconservadores sul-africanos.

EXP. — A quem se deve atribuir as responsabilidades pelo iminente fracasso desta nova ronda negocial?

L.N. — A responsabilidade está na linha das acções anteriores: quem, em Outubro de 92, começou a ocupar militarmente comunas e municípios, expulsando as autoridades administrativas e liquidando os membros conhecidos de outros partidos; quem desejou destruir o exército único, retirando em Outubro os seus oficiais; quem escondeu um exército de reserva: quem reuniu no Namibe e dois dias depois ocupou o Uíje e o Negage; quem disse às Nações Unidas e posteriormente garantiu ao Sr. Davidow que tinha evacuado o Uíje e o Negage sem o fazer, prendendo a delegação das FAA que para aí se havia deslocado para confirmar o facto? É desnecessário relembrar a imensidão de factos que consubstanciam uma estra-

tégia de tomada de poder a qualquer preço — como não o conseguiu pelo voto popular, agora utiliza a força. E, na impossibilidade de se tomar o poder global, reparte-se o país para se apoderar do poder. Esta é a acção e estratégia da UNITA, que ainda não foi posta de parte, daí a razão desta guerra.

EXP. — O izar da bandeira do federalismo pela UNITA poderá de algum modo viabilizar uma solução para o conflito?

L.N. — Em primeiro lugar considero que os estados étnicos não são viáveis até pela carga negativa e destruidora a que normalmente estão associados: fundamentalismo, intolerância política, antidemocracia. Depois da revolução africana dos anos 60, assistimos hoje em África à revolução da democracia. Basta ver uma carta africana e analisar os conflitos que actualmente ocupam a África. Todos os que desejaram criar Estados assentes em base étnica, como os bantustões na África do Sul, falharam no seu intento de juntar os povos, e destruíram a convivência e a interpretação forçada durante séculos, apesar de todas as imperfeições; esses Estados são ditatoriais.

EXP. — É essa a perspectiva da UNITA?

L.N. — A UNITA ao apelar à constituição de Estados com base étnica mostrou mais uma vez a sua intenção de destruir Angola. Perfilho a ideia da unidade na diversidade; unidade no respeito e desenvolvimento da diversidade das culturas, condições económicas, etnias, etc., que, com um aprofundamento da democracia, poderá levar à estabilidade e desenvolvimento.

EXP. — O MPLA parece obcecado com a ideia do reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos. Acha que esse reconhecimento poderá vir a alterar alguma coisa no conflito angolano?

L.N. — Não acho.

EXP. — E face à persistência do conflito, que dimensão é possível atribuir à capacidade de intervenção da mediação portuguesa na sua resolução?

L.N. — Face à tragédia angolana, considero não estarem esgotadas as possibilidades de intervenção de Portugal. Devo salientar, por honestidade e justiça, a posição do Governo português, que tem procurado actuar no sentido de promover o diálogo.

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 9

«De Abidjan não sairá o fim do conflito»

go e o fim do conflito. Há outros órgãos e forças políticas que procuram trabalhar com sinceridade no mesmo sentido. Para nós, angolanos, que estamos de fora, o trágico é que nem sempre essas vontades conseguem actuar conjuntamente perante a imensa tragédia humana, actuando cada um dentro do seu reduto interno e não ultrapassando as diferenças políticas.

EXP. — As relações privilegiadas que o MPLA mantém com o Governo do PSD colocam ou não Cavaco Silva e o PSD mais próximos das vossas posições que o Presidente Mário Soares e os socialistas?

L.N. — O Dr. Mário Soares e o Prof. Cavaco Silva são personalidades políticas portuguesas de nível internacional que vêm de formações políticas distintas, mas que, apesar disto, não devem servir de referência a um partido estrangeiro. Agora se me pergunta se o MPLA está mais próximo do PSD ou PS, dir-lhe-ei que está mais próximo do PS.

EXP. — Como novo secretário-geral do MPLA como é que avalia a «que-

da» do PS em França e o posicionamento pouco confortável do partido socialista espanhol, um dos vossos grandes aliados?

L.N. — A queda do muro de Berlim deixou muita gente orfã, mesmo aqueles que não se reconhecem nessa situação, mas o certo é que há de facto uma crise ainda não analisada nos partidos socialistas ou sociais-democratas. O que aconteceu em França não é bom, mas talvez seja a oportunidade para abrir um debate e uma reflexão que deveria ter sido feita anteriormente.

EXP. — Que significado deve ser atribuído ao «namoro» que, há uns tempos a esta parte, o MPLA tem feito junto de Israel?

L.N. — Não há nenhum «namoro» do MPLA a Israel e deve saber que as relações entre o nosso partido e os partidos árabes nunca foram muito intensas, com excepção dos tradicionais laços com a FNL da Argélia. Actualmente, as relações são mais espaçadas mas as relações com o partido trabalhista de Israel já são antigas e agora há contactos mais frequentes no âmbito da Internacional Socialista.

EXP. — Tido como calculista, como é que poderemos antever o seu projecto reformista dentro de um MPLA que ainda permanece prisioneiro de resistências psicológicas do seu pas-

sado monolítico?

L.N. — Não vejo tragédia nenhuma no facto de existirem no partido concepções, ideias e abordagens diferentes. A tragédia seria se essas várias ópticas não entrassem em debate, se nos agarrássemos às falsas unanimidades. A mentalidade das pessoas não se transforma de um dia para o outro, nem de forma rectilínea, e, por isso, não se podem realizar reformas que muitas vezes não estão maduras para serem compreendidas ou aceites, não apenas pelo partido mas também pela sociedade.

EXP. — Mas o calculismo político parece marcar muito a sua trajectória?

L.N. — Quanto ao que chama de calculismo, posso resultar de uma concepção muito em voga aqui e a que chamo concepção do «serviço militar obrigatório», a qual não perfilho de modo algum.

EXP. — Então qual é a sua perspectiva?

L.N. — A minha perspectiva é organizar novamente o MPLA, modernizá-lo e prepará-lo para novas confrontações eleitorais e receber o voto maioritário da população, por ser o melhor partido e não por ser o menos mau. Antes das eleições de 92 disse: «As eleições vão representar o fim dos líderes políticos históricos da luta para a independência e as futuras eleições de 96 poderão representar o fim dos partidos políticos tradicionais, salvo aqueles que se conseguirem transformar.» Hoje continuo a pensar da mesma maneira.

MPLA e UNITA esticam a corda

EXPRESSO, 17.4.93

Nicole Guardiola
enviada a ABIDJAN

GORADAS as expectativas de um rápido cessar-fogo em Angola, o que está em jogo nos próximos dias em Abidjan, capital da Costa de Marfim, é a continuação do diálogo entre o Governo e a UNITA e da missão de paz das Nações Unidas no martirizado país.

Apesar do mutismo deliberado das delegações não-angolanas, era evidente, ontem, o desânimo e uma certa irritação de todos os participantes. O chefe da delegação da UNITA, Jorge Valentim, chegara a falar, de manhã, num «acordo de princípio» do Governo para a satisfação de algumas das reivindica-

ções dos rebeldes: a concessão a Jonas Savimbi de um «estatuto especial» de acordo com o seu papel histórico e a sua qualidade de líder da oposição e a atribuição à UNITA de funções governamentais compatíveis «com o seu peso político real, independentemente do resultado das eleições». Entre os cargos que poderiam vir a ser atribuídos à UNITA, Jorge Valentim citava os principais Ministérios — Finanças, Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros — e mesmo o lugar de primeiro-ministro.

Mas, horas depois, outro membro da delegação da UNITA, Isafas Samakuva, precisava que estas «propostas» da UNITA tinham sido efectivamente apresentadas, mas não tinham obtido

«uma resposta clara» do Governo.

Luanda, por seu lado, considerava positivo que a UNITA tivesse «aberto o livro» e avançado um «preço político a pagar em troca da paz». Um preço que Luanda considera excessivamente elevado, sem fechar, no entanto, a porta a uma «autêntica negociação, que deve implicar cedências mútuas».

Entretanto, o subsecretário de Estado-adjunto norte-americano Jeffrey Davidow fez saber que não poderia permanecer em Abidjan além de hoje, sábado. À hora de fecho desta edição, todos os participantes estavam à procura de um «acordo mínimo», de um «gesto de boa vontade» que permita salvar um acordo e, também, a renovação da presen-

ça da ONU em território angolano. O ataque de quarta-feira contra um avião fretado pelas Nações Unidas pode levar Butros Butros-Ghali a suspender a missão de paz.

Seja como for, o certo é que as duas partes vieram para aqui tendo aceite, sem discussão, a agenda de Abidjan, na qual a parte militar (cessar-fogo) estava directamente relacionada com um conjunto de garantias políticas. No plano político, que depende de Luanda, verificou-se algum progresso, mas no que respeita ao cessar-fogo não se avançou um milímetro em relação à determinação da UNITA de não ir além de uma suspensão das hostilidades, nas posições actuais, sem aquartelamento nem desarmamento das tropas.

Chissano despede-se hoje das tropas do Zimbabwe em Moçambique

Angola mete medo

PÚBLICO, 15.4.93

Dos nossos enviados
César Camacho (texto)
e Alfredo Cunha (fotos),
em Chimoio

O Presidente de Moçambique está no Chimoio, no centro do país, para se despedir das tropas do Zimbabwe que partem hoje. Ontem fez um comício que serviu, entre outras coisas, para falar das forças da ONU e até do excesso de hospitalidade que lhes é dispensada. Mas, acima de tudo, para um longo ataque verbal à Renamo. Joaquim Chissano denunciou sinais de tentação pela bipolarização e chamou a atenção para perigosas analogias com a situação angolana. Em Moçambique, a paz ainda é tremida.

Ao som de gritos de "viva a unidade do povo de Moçambique" sentiram-se os receios da divisão. Joaquim Chissano falou durante quase três horas, ontem de manhã, à população que se concentrou numa aldeia dos subúrbios da cidade do Chimoio. A Renamo foi o alvo de mais de metade do discurso de Chissano. "Se alguém quer a guerra é a Renamo. Nós não a queremos. Vamos ter paciência, sem deixar de ser firmes. Mostraremos que somos capazes de nos defender e não nos vamos deixar matar como galinhas."

O Presidente moçambicano vai amanhã à província de Niassa, à cidade de Lichinga, e é aí que deverá realizar-se o encontro com o líder da Renamo. Joaquim Chissano referiu-se a esse encontro como incerto. Disse na altura em que falava, ontem, que ainda não tinha recebido a resposta de

Dhlakama quanto à sugestão que lhe mandou na sexta-feira passada.

"Dhlakama pediu para falar comigo e eu disse que sim. Convidei-o a ir ao Maputo. Ele não quis. Disse que não tinha casa. Eu estou aqui nesta aldeia e também não pedi casa." Repetiu que está cheio de paciência e ofereceu esta oportunidade à Renamo. Sugeriu uma província (Niassa) e um lugar bem distante do Maputo. "Mas Dhlakama continua com medo! Não sei como ele vai depois actuar por aí quando quiser fazer a campanha do seu partido."

A seguir formulou uma analogia entre Jonas Savimbi e Dhlakama. Aponta o líder da UNITA como tendo-se encerrado na Jamba. "Savimbi começou por não querer ir para Luanda. Dhlakama diz que não quer que Angola se repita em Moçambique, mas está a fazer o mesmo. Dá a desculpa das casas. Já lhe oferecemos três casas e ele não quis nenhuma." A Renamo foi também acusada de impedir a circulação de bens e pessoas e, continuou Chissano, "Savimbi também fez assim. Mas em Moçambique, a capital do país é Maputo, não é Maringué".

Discurso de dois tons

O ataque verbal à Renamo, perante as cerca de dez mil pessoas que se concentraram para ouvir Chissano, foi violento. Por vezes bem-humorado. Chissano chegou a imitar o líder da Renamo a pronunciar a palavra democracia. "Ele bem pode abrir muito a boca a dizer 'democracia'. Mas depois impede a população de circular e trava a economia." Outra acusação (que também atinge a ONU) refere-se ao atraso na concretização dos principais capítulos do acordo geral de paz.

Chissano disse que, neste momento, já a maioria das tropas da Renamo e das tropas regulares do Governo devia estar desmobilizada e concentrada nos lugares de reunião acordados. Esse trabalho vai demorar muito mais tempo por a Renamo se recusar a participar nas comissões, invocando os mais variados argumentos.

Quando disse que ainda não tinha resposta de Dhlakama quanto ao encontro sugeri-

do para amanhã no Niassa, o Presidente ironizou dizendo que se Dhlakama aceitar o encontro, "talvez o consiga convencer a ir para Maputo, a aceitar as condições mínimas que podem ser postas ao seu dispor, porque Moçambique não é um país rico".

Aproveitou também para dizer que o seu Governo já gastou 920 milhões de meticais (um dólar vale três mil meticais) e já foram oferecidas 18 casas à Renamo na cidade do Maputo. Foi um bom bocado de discussão aparentemente à volta da logística, um discurso quase divertido não fosse a gravidade da situação no concreto.

Chissano adiantou que Dhlakama insiste em que a paz não avance sem receber os financiamentos prometidos. Depois chama a atenção para a compra de um avião pela Renamo, que custou, segundo Chissano, meio milhão de dólares. "Um avião que não mais voltou a levantar voo, porque ele foi enganado." Gargalhada geral na assistência, quando foi feita a tradução para a língua "chiuté".

O grande pássaro de Dhlakama não voa. Curiosa a conversação do meio milhão de dólares (cerca de 75 mil contos) em meticais — quase não dava para traduzir, pois 1500 milhões era um número nunca usado para comprar fosse o que fosse entre a gente pobre do Chimoio. Seguiram-se as interrogações de Chissano sobre o retardamento da Renamo em ocupar os lugares nas comissões para que é solicitada. Em particular, a que define a desmobilização e os acantonamentos dos militares de ambos os lados.

A a. la de civilidade

Essa surtida do Presidente da República é encarada como o ponto de partida de uma campanha que,

>>> parece, vai ser longa. Escolheu Manica, por causa da despedida, hoje, do corpo de Exército do Zimbabwe. Chissano disse que ia agradecer todo o trabalho "feito ao longo dos anos pelos militares do Zimbabwe. Fizemos aqui uma amizade que nunca há-de morrer. Agora já não são precisos e vão voltar às suas terras", salientou.

Chissano preside, no

Chimoio, à parada oficial e Mugabe vai estar na fronteira para os receber. Sobre o noticiado encontro entre ambos, Chissano disse que a notícia não passava de uma invenção dos jornalistas. Ele despede-se, Mugabe recebe-os.

E agora é a vez de a ONU tomar conta do corredor da Beira. É o contingente italiano que vai desempenhar essa tarefa. Quanto à campanha do presidente Chissano, já estão programadas visitas a outras províncias, na perspectiva da promoção eleitoral. Chissano explica-se bem: "Agora há muitos partidos. Cada partido tem um presidente. E vai enumerando os partidos existentes, os legalizados e aqueles que ainda não estão registados. Mas já divulgamos por aí manifestos contra nós que não assinam."

Aqui, Chissano faz uma pausa para dar ênfase à sua condição de presidente da Frelimo e Presidente de Moçambique. Para que toda a gente perceba as diferenças. E aproveita também para dar a conhecer que ele próprio pediu à comunidade internacional apoio financeiro e logístico para que a Renamo consiga participar com dignidade no processo eleitoral. "Espero que a comunidade internacional saiba explicar aos dirigentes da Renamo como as coisas se processam e quais são as regras do jogo."

A rematar, na tónica eleitoral, Chissano fez uma referência ao que entende serem os riscos (africanos) do multipartidarismo. "Sempre disse que muitos partidos nos iam sair muito caro. Mas não pudemos fugir a isso. Se o fizéssemos, seríamos isolados ao ponto de não poder respirar. Mas vai-nos sair muito caro, em muitos milhões." E foi ao fim de três horas sob sol escaldante que o Presidente moçambicano preveniu os seus potenciais eleitores, como quem diz "fiquem descansados que também viemos pedir dinheiro a vocês": "Todos os partidos vão pedir dinheiro para as campanhas eleitorais e para o partido. A escolha é vossa, mas, pelo que vejo aqui, espero que a escolha seja a Frelimo." ■

Tropas do Zimbabwe deixaram Moçambique

ONU ocupa corredor da Beira

Dos nossos enviados
César Camacho (texto)
e Alfredo Cunha (fotos)
no Chimoio

Os anos em que soldados do Zimbabwe patrulharam o corredor da Beira, em Moçambique, forjaram uma "união de sangue" entre "povos irmãos". Essa era acabou ontem e foram estas as palavras escolhidas por Joaquim Chissano para o adeus aos militares zimbabueanos. Agora, o corredor passa para as mãos de forças da ONU. A tarefa, que não é fácil, é agravada pela existência de exércitos privados na região.

As últimas tropas do Zimbabwe deixaram ontem Moçambique. Em farda de gala, o Presidente Joaquim Chissano despediu-se dos seus aliados, formados em parada na principal avenida da pequena cidade de Chimoio.

As ruas próximas com acesso à avenida cedo ficaram vedadas e o controlo de passagem de pessoas era executado por soldados do Zimbabwe sujeitos a uma rígida disciplina. De tal maneira que o soldado que controlava uma das ruas impediu a passagem do ministro do Interior, Manuel António, que se deslocava a pé para o local das celebrações.

"Vai dar a volta" — disse-lhe o soldado. O ministro ainda tentou identificar-se, acabou por sorrir e foi dar a volta. Nos telhados e varandins dos prédios circundantes estavam soldados armados que mandavam recolher quem assomasse a cabeça curiosa à janela. Tudo por razões de segurança. Não propriamente para garantir de segurança a Chissano e membros do Governo, mas da delegação do Zimbabwe, já que, duas horas antes da chegada da comitiva, não era permitido a ninguém pôr a cabeça de fora.

Situação curiosa porque os passeios que ladeavam as tropas em parada estavam apinhados de gente que queria ver o desfile. De resto, Chissano tinha feito o convite na véspera para que a população fosse despedir-se destes "irmãos" cuja guerra levou a uma "união de sangue". Quando perguntámos o porquê de tanta segurança periférica e próxima a resposta de um oficial do Zimbabwe lacónica foi que se tratava de simples precaução.

O discurso de despedida de Joaquim Chissano não teve nada a ver com o tom e estilo do dia anterior, este muito ditado para consumo interno e local. Ontem a palavra de ordem chamava-se paz. Mesmo quando ao terminar a homenagem gritou: "A luta continua pela paz, solidariedade e progresso".

Marcas profundas

As tropas desfilaram duas vezes frente à tribuna. A primeira no passo cadenciado, usado na marcha de homenagem fúnebre. Na segunda foi o desfile típico de

parada, incluindo os carros blindados em retirada. Agora cabe aos soldados das Nações Unidas o patrulhamento do corredor da Beira.

"A guerra deixou marcas profundas em ambos os países, produziu órfãos e viúvas em ambos os povos aliados", referiu Chissano, para depois dizer que o acordo geral de paz só foi possível devido ao apoio e solidariedade do Zimbabwe. Elogiou a intervenção de Robert Mugabe, "empenhado desde o princípio nas longas negociações" que culminaram com os acordos de Roma.

"Agora a guerra acabou. Rivalidades e ódios são coisas do passado, são para esquecer. É o fim da uma guerra onde não há vencidos nem vencedores". Uma afirmação feita com ar convicto e ouvida num profundo silêncio. Particularmente quando Chissano declarou comprometer-se a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que o acordo de Roma se cumpra. Antes tinha havido a exposição das razões que trouxeram as tropas do Zimbabwe para Moçambique e falou-se dos sacrifícios partilhados durante a guerra de libertação, no período relativo à declaração de independência formulada por Ian Smith, em 1966.

Afinal, a independência do Zimbabwe, em 1980, não significou o fim de um projecto global de desestabilização da África Austral, dizia o Presidente moçambicano. Reapareceu o terrorismo em Moçambique, com tentativas para impedir a construção de uma sociedade organizada: "Hoje todos sabem que esta paz é fundamental no destino e bem estar de toda a África Austral".

PÚBLICO, 16.4.93

Exército secreto

A rigidez da segurança para esta cerimónia organizada pelo próprio Estado-Maior do Zimbabwe foi-nos explicada com uma lógica que ainda torna mais confusa a correlação de forças nesta região. Há uma força armada algures, aqui na província de Manica.

Dizem-nos que é constituída por homens do Zimbabwe, perto de um milhar, ao serviço de políticos opositores ao regime de Mugabe. Ninguém sabe explicar quem são os opositores nem como recrutaram e treinaram esse bem armado exército privado.

Mas esta explicação vem muito ao encontro de uma notícia publicada em 12 de Abril, no "mediaFAX", um boletim editado por uma cooperativa de jornalistas independentes e ao qual os meios diplomáticos dão grande credibilidade.

A notícia dava conta da existência de uma força armada, instalada a cerca de 30 quilómetros de Guro, uma sede de distrito desta província. A área em princípio é controlada pelo Governo, mas um oficial das Forças Armadas de Moçambique disse ter informações contraditórias sobre a origem desse grupo armado. Chegaram-lhe dados garantindo que se trata de um batalhão da Renamo, treinado num país africano e depois transferido para Moçambique. Outra informação levada ao mesmo oficial garantia que o grupo fora treinado na Gorongosa e era fiel aos políticos do Zimbabwe Edgar Tekere e Ndabaningi Sithole, declarados opositores de Mugabe. ■

Conselho de Segurança pressiona

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas incitou na quarta-feira o Governo moçambicano e a Renamo a tomarem com urgência "medidas firmes" para o acantonamento e desmobilização das suas forças, que totalizam perto de 110 mil homens.

Na resolução 818, aprovada por unanimidade, o Conselho manifestou-se "inquieto" com os atrasos e as dificuldades que estão a comprometer gravemente o respeito pelo calendário o ano passado traçado em Roma. Pelo que, pediu ao Presidente Joaquim Chissano e ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, que — em consulta

com o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali — estabeleçam um novo calendário para o acantonamento, a desmobilização e as eleições.

Por seu turno, as autoridades moçambicanas têm-se queixado já por diversas vezes a as Nações Unidas não serem mais rápidas a colocar no país todos os "capacetes azuis" que são considerados necessários para separar as forças de um e outro lado, proceder ao seu acantonamento e desmobilização. Só depois disso será possível formar as novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que totalizarão 30 mil homens. ■



À VENDA
NO CEEA

Moçambique

Os "chimwenges" contra Mugabe

PÚBLICO, 17.4.93

OS "CHIMWENGES" é o nome que a população da província moçambicana de Manica dá aos grupos armados de adversários do regime do Zimbabwe que por ali circulam (ver reportagem no PÚBLICO de ontem). E a sua presença tem-se tornado cada vez mais clara, durante os últimos meses.

Começaram a ser notados no princípio deste ano, por não aparentarem muito pertencer à Renamo nem às forças governamentais de Moçambique. E depois verificou-se que costumavam cruzar a fronteira com o Zimbabwe, nem sempre eficazmente controlada.

Nas suas denúncias de vio-

lações do Acordo Geral de Paz o ano passado assinado em Roma, o Governo referia-se a tais grupos de homens armados, que chegaram a ser considerados a dada altura elementos recém formados pela Renamo, dentro ou fora de Moçambique.

Entretanto, no fim de Março, uma unidade das forças armadas zimbabweanas, aparentemente sem o conhecimento das autoridades de Maputo, atacou e destruiu uma das bases dos "chimwenges", em Macoca.

A presença de tais grupos poderá explicar acções que nos últimos anos se verificaram em zonas do Zimbabwe próximas

da fronteira com Moçambique e que foram então atribuídas à Renamo, talvez por excesso de simplificação.

Poucos dias após a assinatura do Acordo Geral de Paz, as forças moçambicanas entregaram ao Exército zimbabweano, no Chimoio, um grupo de rebeldes do país vizinho que afirmou ter permanecido alguns anos na base da Renamo em Mupunga.

Com a entrada em vigor do cessar-fogo parece ter sido cortado o alegado apoio da Renamo aos "chimwenges", razão plausível para a sua pressão armada sobre civis moçambicanos, no sentido de obterem alimentos.

O aparente corte de laços entre o grupo de Afonso Dhlakama e a oposição armada zimbabweana poderá ter sido uma sequência da aproximação que entretanto se verificou entre a Renamo e as autoridades de Harare.

Este é um dos numerosos aspectos da vida em Moçambique que poderão vir a ser abordados se acaso amanhã se concretizar uma prevista reunião em Lichinga entre Dhlakama e o Presidente Chissano. ■

João Ferraz, em Maputo

Guiné-Bissau

Líder da oposição encontra-se detido

PÚBLICO, 16.4.93

A PRISÃO na quarta-feira à tarde em Bissau — por alegado envolvimento na "tentativa de golpe de Estado" de 17 de Março — de João da Costa, coordenador do Fórum Democrático e presidente do Partido da Renovação Democrática (PRD), causou estranheza e estupefacção na opinião pública guineense.

Os dirigentes da oposição manifestaram grande inquietação e dizem sentir-se ameaçados. "Todos corremos riscos e o processo de democratização a partir de agora está em causa", declarou ao PÚBLICO o antigo primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, líder do Partido Unido Social Democrata, que defendeu a necessidade da convocatória de uma reunião de emergência de todos os partidos que se opõem ao PAIGC.

Ontem dirigentes do PRD, em conferência de imprensa, declararam ilegal a prisão de João da Costa e consideraram que a sua vida corre perigo. Para esta força política tudo não passa de um processo "de inventona militar" para a eliminação de adversários políticos. O PRD anunciou ontem oficialmente que João da Costa é o seu candidato às eleições presidenciais e que, por não ter sido possível afastá-lo ao abrigo da lei da nacionalidade, o regime tentaria desta feita a sua eliminação física. Por isso, responsabilizam o Chefe de Estado, João Bernardo Vieira, "por qualquer eventual acidente ou doença na prisão que possa pôr em causa a integridade física do seu dirigente".

A prisão de João da Costa,

e de mais de uma dezena de pessoas nas últimas 48 horas, deveu-se à denúncia do sargento Amadu Mané, que no mês passado matou a tiro o major Robalo de Pina, comandante das Forças de Intervenção Rápida. Dois antigos comandantes militares, Tagme Na Wae e Nhasse Namberra, agora militantes do movimento Bafatá, encontram-se entre os detidos. Estes dois antigos combatentes, que ajudaram "Nino" Vieira a subir ao poder em 1980, foram mais tarde implicados na alegada tentativa de golpe de Estado de 17 de Outubro de 1985, devido à qual Paulo Correia, então ministro da Justiça, e outros seis elementos foram fuzilados. Tagme Na Wae, também condenado à pena capital, e Namberra, condenado a 15 anos de prisão, acabariam por ser libertados cinco anos mais tarde.

Numa acariação com Amadu Mané, apresentada pela televisão guineense escassas horas após a sua detenção, João da Costa negou peremptoriamente qualquer envolvimento nos acontecimentos de 17 de

Março e lembrou que foi sempre contra acções de força, razão porque condenou o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, que instaurou o regime de Vieira.

Na verdade, Da Costa foi o primeiro líder político a condenar publicamente as movimentações militares que culminaram com o assassinio do major Robalo. Na altura, justificou-se dizendo: "Sejam quais forem as suas razões, o uso das armas e da força é condenável".

O sargento Mané, capturado não se sabe onde nem quando, contrariou todos os depoimentos anteriores feitos por presumíveis implicados no golpe. Disse ter sido mobilizado por João da Costa, que o fez "beber um refrigerante contendo droga", o que lhe teria dado grande coragem para desencadear a acção. João da Costa considerou de maquiavélicas tais afirmações, afirmando que já não via Mané há mais de quatro anos. ■

António Soares Lopes, em Bissau

PAIGC contestado por todos

PÚBLICO, 17.4.93

É EXTREMAMENTE tensa a situação em Bissau, onde 10 partidos da oposição resolveram ultrapassar o que os divide e apresentar-se unidos face ao que consideram uma tentativa do PAIGC para se perpetuar no poder.

Os dirigentes daqueles partidos, congregados no Fórum Democrático, pediram

ontem, em vão, a libertação imediata do presidente de um deles, o PRD, João da Costa, detido na quarta-feira e acusado de ter sido o mentor de uma alegada tentativa golpista verificada no mês passado.

Durante duas horas, os políticos da oposição, entre eles Rafael Barbosa e Victor Saúde Maria, tentaram sem

resultado que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Saco Camará, lhes permitisse falar com Costa, coordenador do Fórum e antigo ministro da Saúde.

Depois disso, Amine Saad, como porta-voz da oposição, declarou que esta se afasta de todas as estruturas encarregadas de promover a transi-

ção para a plena democracia, a começar pela Comissão Nacional de Eleições, e que admite "acções de rua".

O presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Fernando Gomes, também pediu ontem para ver

Continua na pág. 14

A caça aos 'golpistas'

CONSIDERADO como uma das figuras políticas com maiores possibilidades de representar um desafio sério à recandidatura do Presidente João Bernardo Vieira (Nino), nas eleições previstas, em princípio, para finais deste ano na Guiné-Bissau, o líder do Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD) e coordenador em exercício da oposição guineense, João da Costa, foi detido na quarta-feira, em Bissau, juntamente com 10 outras pessoas, por alegado envolvimento no chamado «caso 17 de Março».

Recorde-se que, a 17 do mês passado, um sargento, meses antes afastado da Força de Intervenção Rápida (FIR), matou o comandante daquele corpo de elite das Forças Armadas guineenses, major Robalo de Pina. Na altura, as

autoridades do país limitaram-se a anunciar o «brutal assassinato» do major Robalo e a reforçar a segurança em alguns pontos-chave da capital, mas o caso viria a ser oficialmente classificado de tentativa de golpe de Estado.

A 15 de Março, numa altura em que reinava nas Forças Armadas um clima de mal-estar — provocado pela passagem à reforma ou à reserva de vários antigos combatentes da luta anti-colonial e pelo atraso no pagamento de salários —, um número indeterminado de militares fora detido para averiguações. Desde a intentona e até às detenções desta semana, foram presas cerca de 30 pessoas.

A monte desde 17 de Março, na sequência de uma fuga arrojada do quartel das FIR onde o major Robalo foi mor-

to, o sargento Amadu Mané (ex-FIR) estava a conquistar aura de herói, até ser capturado na segunda-feira.

Dois dias depois, seria a vez de João da Costa e de 10 outros presumíveis golpistas. Detido sem mandado de captura e sem direito à assistência do seu advogado, o líder do PRD é acusado por Amadu Mané — que apresenta o «17 de Março» explicações completamente diferentes das dadas pelos militares já detidos e interrogados — de o ter aliciado para o golpe de Estado e de lhe ter dado a beber um refrigerante «narcotizado», que lhe deu «uma coragem soberana».

Ouvido pela Comissão de Inquérito aos acontecimentos de 17 de Março, João da Costa — que foi ministro da Saúde do ex-Presidente Luís Cabral e esteve preso durante dois anos após o golpe de Estado que levou Nino Vieira ao poder — negou ter tido qualquer participação na intentona.

Entre as 10 pessoas detidas no mesmo dia que o líder do PRD figuram dois militantes de dois outros partidos de oposição: Tagne Na Wae, da Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá, e Nhasse Nanberra, do Partido Unido Social Democrata. Um e outro tinham sido presos anteriormente como implicados na tentativa de golpe de 17 de Outubro de 1985, na sequência do qual e, a despeito dos pedidos de clemência apresentados pela comunidade internacional, viriam a ser fuzilados o coronel Paulo Correia e mais cinco presumíveis golpistas.

Quando das suas anteriores detenções, Na Wae foi condenado à morte e Nanberra a 15 anos de prisão, mas os dois

viriam a ter as penas anuladas, sendo libertados em Dezembro de 1990.

A última etapa da caça aos golpistas surge, no momento em que a Guiné-Bissau vive a sua primeira greve geral, depois de, na semana passada, ter visto concluída uma paralisação de 201 dias dos funcionários da Câmara Municipal de Bissau.

A greve geral de três dias teve início na manhã de terça-feira e foi convocada pelos sindicatos da Indústria e Energia, da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas, da Função Pública, dos Professores e dos Transportes e Comunicações.

Os sindicatos exigem aumentos salariais, a actualização do salário mínimo para pelo menos 280 mil pesos (cerca de 4.600 escudos) e das pensões de reforma e, ainda, o fim dos salários em atraso. A semelhança do que se verifica com os militares, outros sectores da administração pública não recebem vencimentos desde Dezembro de 1992 ou desde Janeiro de 1993.

Entretanto, numa sessão que decorreu sem que as ventosínhas e os microfones funcionassem devido aos cortes de electricidade provocados pela greve geral e no decurso da qual foram apresentadas informações sobre o alegado golpe de Estado de 17 de Março, a II sessão extraordinária da Assembleia Nacional Popular guineense aprovou alterações à lei eleitoral, adoptada em Fevereiro último.

Uma das alterações suprime a projectada existência, nas assembleias de voto, de tantas urnas quantos os partidos concorrentes, método que fora condenado pela ONU e que levava a oposição a ameaçar boicotar o acto eleitoral.

Continuação da pág. 13

PAIGC contestado por todos

João da Costa, mas disseram-lhe que isso só será possível na próxima semana.

São mais de 100 as pessoas detidas, na sua quase totalidade militares, desde que no dia 17 de Março o sargento Amadu Mané abateu a tiro o major Robalo de Pina, um dos homens mais próximos do Presidente João Bernardo Vieira. E tem havido tentativas do regime para implicar na alegada conjura figuras da oposição.

Um dos militares detidos e inicialmente apontado como responsável pela «tentativa de golpe de Estado», Mário Soares, disse na cadeia a um jornalista guineense não ter conhecimento de qualquer participação nos acontecimentos do coordenador do Fórum

Democrático. Mas diferente foi a atitude de Mané, que o denunciou.

No entender de alguns opositores, poderia muito bem estar a assistir-se à tentativa de «uma grande montagem», no sentido de o regime de «Nino» Vieira enfraquecer os seus adversários e protelar uma vez mais as eleições que anunciara em 1992 e depois transferira para este ano. Mas a comunidade internacional já informou que só desbloqueia o tão necessário apoio ao país depois de todas as forças poderem participar livremente no jogo democrático. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto e Rodilson Gonçalves de Sá. Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 - We ask for exchange

COLIN DARCH
UNIVERSITY LIBRARY
UNIVERSITY OF WESTERN CAPE
PRIVATE BAG X-17
BELLVILLE 7535
SOUTH AFRICA

IMPRESSO